

Vinte e dois passeiam no exterior

Brasília — Nada menos que 22 parlamentares estão pelo exterior neste momento em que o Congresso Nacional, em um esforço concentrado, tenta votar os 242 projetos pendentes desde o início do ano. Aliás, 20 destes projetos são exatamente autorizações para que deputados e senadores deixem o país. Independentemente desta autorização, duas delegações brasileiras viajaram neste início de semana: uma foi para o Chile e outra para Portugal.

A delegação que foi para Santiago participar da Assembléia Parlamentar Internacional pela Democracia no Chile levou o senador Severo Gomes e 12 deputados, entre eles Fernando Santana, Maurílio Ferreira Lima, Jaques D'Ornelas e João Cunha. A que foi para Portugal participa da 12ª Reunião do Comitê de Membros Afiliados da Organização Mundial de Turismo,

sendo integrada por nove deputados: Marcelo Linhares, Francisco Rollemberg, Ary Kffury, Orlando Bezerra, Myrtes Bevilacqua, Ocion Araripe, Antônio Câmara, Tidei de Lima e João Carlos de Carli.

Várias são as motivações para viagens. Primeiro, pela oportunidade em si de conhecer outros países. Quando convidados pelo governo do país anfitrião, os parlamentares têm tudo pago, exceção feita às passagens que, muitas vezes são custeadas pela própria Câmara ou pelo Senado. "Não há critério nesta distribuição de passagens", comenta um assessor da Câmara. Outras vezes, quando é o caso da iniciativa ser dos próprios parlamentares, eles pagam as passagens.

Não é somente através de contatos com embaixadas, grandes empresas ou participando da Comissão de Relações Exteriores que os parla-

mentares conseguem convite para visitar outros países. Existe no Congresso 13 grupos parlamentares do Brasil com outros países. Esse intercâmbio inclui: Itália, Japão, China, Alemanha, Grã-Bretanha, Romênia, Polônia, Coreia, e até mesmo uma associação Interparlamentar de Turismo. Outros estão sendo criados, como o grupo Brasil-Ângola.

A estes grupos parlamentares, que têm estatuto e diretoria, a Câmara e o Senado fornecem subsídios. O assunto é tido como "sigiloso" pela administrações das duas casas, mas os próprios deputados confessam que, alguns casos, a contribuição chega a Cz\$ 350 mil, sem contar o que é pago mensalmente pelos membros dos grupos parlamentares, a título de contribuição, o que dá em média Cz\$ 3 mil.